

A Geografia na Contemporaneidade

2

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Geografia na Contemporaneidade 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade 2 [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-019-3

DOI 10.22533/at.ed.193182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia, educação e território”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu II volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, comunidades tradicionais, território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia humana. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

CAPÍTULO 1	1
COMO APRENDEMOS A ENSINAR GEOGRAFIA? A EXPERIÊNCIA DO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL	
Ana Carolina Lydia	
DOI 10.22533/at.ed.1931821121	
CAPÍTULO 2	16
GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS: OBSERVAÇÃO DO ENSINO E UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO ALUNO E DO PROFESSOR NA CIDADE DE CAICÓ/RN	
Iapony Rodrigues Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.1931821122	
CAPÍTULO 3	25
O CONCEITO DE LUGAR NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS	
Ismael Donizete Cardoso de Moraes	
Vanilton Camilo de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1931821123	
CAPÍTULO 4	36
POLÍTICA PÚBLICA “ESCOLA DA TERRA”: PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA OS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NA BAHIA	
Cássia Hack	
Celi Nelza Zülke Taffarel	
Sicleide Gonçalves Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.1931821124	
CAPÍTULO 5	48
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS DICOTOMIAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1931821125	
CAPÍTULO 6	63
AÇÕES PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA AOS HAITIANOS NO BRASIL	
Fátima Regina Cividini	
Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.1931821126	
CAPÍTULO 7	76
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MARACUJÁ EM CONCEIÇÃO DO COITÉ- BA: UMA LEITURA SOCIOESPACIAL DA REALIDADE.	
Romisval Silva dos Santos	
Elane Bastos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1931821127	

CAPÍTULO 8 83

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDOS DE PASTO NA DEFESA PELOS DIREITOS TERRITORIAIS: O QUE ESPERAR DA LEI ESTADUAL 12.910/2013

[Vanderlei Rocha Lima](#)

DOI 10.22533/at.ed.1931821128

CAPÍTULO 9 95

O RETORNO DOS KAINGANG À TERRA INDÍGENA INHACORÁ APÓS A DESAPROPRIAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

[Alice do Carmo Jahn](#)

[Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris](#)

[Elaine Marisa Andriolli](#)

[Antônio Joreci Flores](#)

[Maria da Graça Porciúncula Soler](#)

DOI 10.22533/at.ed.1931821129

CAPÍTULO 10 109

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVA ESMERALDA DO TERRITÓRIO RURAL DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA - RS

[Alessandra Daiana Schinaider](#)

[João Ernesto Pelissari Candido](#)

[Daiane Netto](#)

[Anelise Daniela Schinaider](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211210

CAPÍTULO 11 118

O ESTADO QUE DÁ COM UMA MÃO E NEGA COM A OUTRA: A ATUAL CUJUNTURA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO BRASIL PELO Cimi

[Yasmine Altimare da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211211

CAPÍTULO 12 127

TERRITORIALIDADE CONSCIENCIOLÓGICA: CARACTERIZAÇÃO DE UM FLUXO MIGRATÓRIO FRONTEIRIÇO

[Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva](#)

[Valdir Gregory](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211212

CAPÍTULO 13 141

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

[Guilherme de Barros Melo](#)

[Orlando Bispo dos Santos.](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211213

CAPÍTULO 14 152

TRAMAS QUE APROXIMAM A JUVENTUDE RURAL NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ: OLHARES DESDE AS IDENTIDADES, A AUTONOMIA E A TERRITORIALIDADE

[Cristiane Tabarro](#)

[Alvori Ahlert](#)

[Valdinéia Ferreira](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211214

CAPÍTULO 15	165
O DESEMPENHO DA POLÍTICA TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO VALE DO PARAÍBA	
Maria José Ramos da Silva Renata Felinto Farias Aires Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.19318211215	
CAPÍTULO 16	182
OS CONFLITOS NO CAMPO DO TOCANTINS: A BARBÁRIE PERMANECE	
Alberto Pereira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.19318211216	
CAPÍTULO 17	193
UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO	
Julie Mathilda Semiguem Pavinato Emerson Ferreira da Silva Irene Carniatto	
DOI 10.22533/at.ed.19318211217	
CAPÍTULO 18	208
AS TESSITURAS DO MUNDO DO TRABALHO EM ITABAIANA-SE	
José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo Maria Morgana Santos Santana Lucas de Andrade Lira Miranda Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.19318211218	
CAPÍTULO 19	218
DO CONCRETO A MEMÓRIA: O MONUMENTO COMO REPRESENTAÇÃO	
Samuel Cabanha André Avelino Cabanha	
DOI 10.22533/at.ed.19318211219	
CAPÍTULO 20	233
ELEMENTOS ESPACIAIS E CENTRALIDADE PERIFÉRICA - O CASO DE TEFÉ NO AMAZONAS	
Kristian Oliveira de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.19318211220	
CAPÍTULO 21	249
FORMAS DE ACESSO Á TERRA EM FEIRA DE SANTANA (BA): UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO.	
Ângela Carine Felix de Oliveira Matos Gilmar Oliveira da Silva Elane Bastos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.19318211221	
CAPÍTULO 22	260
REPRESENTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE A ARTICULAÇÃO CULTURA E NATUREZA NA GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DONA FRANCISCA	
Fernanda Dalonso Mariluci Neis Carelli	
DOI 10.22533/at.ed.19318211222	

CAPÍTULO 23	269
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA E O CONJUNTO HABITACIONAL NAIR BARRETO NA CIDADE DE XIQUE-XIQUE-BA	
Janes Terezinha Lavoratti Marciel Todão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.19318211223	
CAPÍTULO 24	280
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES PEQUENAS: UM ESTUDO DE GUARACIAMA/MG	
Aline Fernanda Cardoso Valéria Aparecida Moreira Costa Iara Soares de França	
DOI 10.22533/at.ed.19318211224	
CAPÍTULO 25	294
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG, NO PERÍODO 1850/1920: POPULAÇÃO, CAFÉ E TERRITÓRIO	
Pedro José de Oliveira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.19318211225	
CAPÍTULO 26	309
TURISMO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE DO SANTUÁRIO BOM JESUS DA CANA VERDE – SIQUEIRA CAMPOS – PR	
Guilherme Ferrari Oliveira Rodrigo Aparecido Mendonça Vanessa Maria Ludka	
DOI 10.22533/at.ed.19318211226	
SOBRE A ORGANIZADORA	319

TRAMAS QUE APROXIMAM A JUVENTUDE RURAL NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ: OLHARES DESDE AS IDENTIDADES, A AUTONOMIA E A TERRITORIALIDADE

Cristiane Tabarro

Universidade Oeste do Paraná - UNIOESTE -
Marechal Cândido Rondon-PR

Alvori Ahlert

Universidade Oeste do Paraná - UNIOESTE -
Marechal Cândido Rondon-PR

Valdinéia Ferreira

Universidade Oeste do Paraná - UNIOESTE -
Marechal Cândido Rondon-PR

RESUMO: Este artigo apresenta um olhar sobre as tramas e os dramas que entrelaçam a juventude rural do Território Centro-Sul do Paraná e suas interrelações com o Conselho Gestor e demais atores sociais envolvidos nas instâncias de participação e de decisão. A pesquisa apresentada tem um recorte temporal no período de 2010 a 2017 fundamentada sobre o viés da pesquisa qualitativa das relações constituídas na região oportunizando uma análise de conjuntura mais complexa, crítica e subjetiva dos processos de relações construídos.

PALAVRAS CHAVE: Juventude rural, territorialidades, identidades, autonomia.

ABSTRACT: This article presents a look at the plots and dramas that intertwine the rural youth of the Central-Southern Territory of Paraná and their interrelations with the Management Council

and other social actors involved in the instances of participation and decision. The research presented has a temporal cut in the period from 2010 to 2017 based on the bias of the qualitative research of the relations constituted in the region, providing a more complex, critical and subjective analysis of the constructed relations processes.

KEY WORDS: Rural youth, territorialities, identity, autonomy.

1 | INTRODUÇÃO

O recorte espacial, temporal e de vida apresentado neste artigo, é o Território Centro-Sul do Paraná e suas interrelações com os atores sociais atrelados à territorialidades com seus diferentes conflitos *versus* diferentes interesses, neste caso, enfatizado na juventude rural.

O Território Centro-Sul do Paraná foi reconhecido oficialmente pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) em 2005. Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2006), a Região Sudeste do Paraná possui 282 mil habitantes, dos quais 43,8% vivem no campo. Ou seja, trata-se de uma região com fortes características rurais. Irati é o município mais urbanizado com uma taxa de 80% de urbanização e 56,2 habitantes

por km². São Mateus do Sul e Imbituva, com 63% da população vivendo na área urbana, em função do processo de industrialização, são também municípios bastante urbanizados. Para STRAPASOLAS, S/D, p. 03 “o mundo rural é um universo que interage nas diversas dimensões com o conjunto da sociedade brasileira e mantém relações que se estabelecem no cenário global”. No entanto, mesmo nestes municípios é significativa a quantidade da população rural, sendo sempre maior que 10 mil habitantes. Os demais municípios são todos essencialmente rurais, a maioria com bem mais da metade da população no espaço rural. Mas, Palmeira que tem 40% da população no campo, também pode ser caracterizada como essencialmente rural.

A visão sobre desenvolvimento relacionado à juventude rural é o que concerne à emancipação individual e participação efetiva para uma sociedade melhor. Utiliza-se o termo desenvolvimento para denotar processos que compõem as interações entre sociedades, atores e organização social em suas vertentes regionais e territoriais e também em relação ao ambiente e seus recursos naturais e o desenvolvimento endógeno que geram o desenvolvimento econômico e o bem estar coletivo. Esses atributos podem ser evidenciados nos indicadores de desenvolvimento, como por exemplo, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, além do que, essas percepções sobre desenvolvimento são evidenciados através da vivência, da subjetividade dos atores sociais envolvidos neste processo e das redes construídas, reconstruídas, reelaboradas através das territorialidades.

A inexistência de oportunidades de acesso à condições mínimas à dignidade humana para seu desenvolvimento pleno, há a necessidade de promovê-las e de estruturar mecanismos locais e regionais para ações efetivas para direcionamentos em participações coletivas, sociais e/ou políticas, segmentando o sentimento de pertença enquanto ator social e estímulo à capacidade de desenvolvimento humano pleno para que o coletivo instigue e promova processos de mudança.

O desenvolvimento é o elemento que promove a liberdade, liberdade como "meio" e não como "fim em si mesma". SEN, 2000, p. 71, afirma que "(...) a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim, como o principal meio de desenvolvimento. O objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas."

Em relação ao desenvolvimento humano pleno, ele permeia por dimensões que promovam esse processo, sendo a dimensão econômica, dimensão humana e social e a dimensão política. Essas dimensões orientam conceitos éticos para que os agentes de mudança sejam capazes de induzirem a constituição de habilidades e competências que promovam o desenvolvimento.

1.1 A juventude rural, sucessão na agricultura familiar – suas identidades e autonomia

O processo de modernização da agricultura ocasionou inúmeras alterações no

escopo do ambiente rural que foram enfáticas, sobretudo, para a agricultura familiar. O êxodo rural é um dos fenômenos que se acredita ter se desencadeado muito em função de todas estas alterações.

A preocupação atual sobre a Sucessão na Agricultura Familiar se deve ao número de Jovens de 15 a 24 anos ser inferior ao número de estabelecimentos. Se houver a sucessão há o fortalecimento da agricultura familiar, preservação das identidades, ruralidades e da cultura e história acumulada ao longo de gerações, qualidade de vida tanto para os mais jovens, mas também para os mais velhos e um meio rural com pessoas realizadas e plenas em sua essência. A palavra Sucessão entende-se que o jovem deve “ficar” no sentido de obrigatoriedade, mas que esse “ficar” seja algo inerente ao jovem, de sua vontade, que essa vontade seja impulsionada por oportunidades e possibilidades que este espaço possa lhe proporcionar.

Em contraponto ao que anteriormente se expôs, alguns pesquisadores teorizam que houve uma considerável desaceleração no êxodo rural. Dentre eles pode-se apresentar Abramovay, 2001, p. 03:

Contrariamente à crença arraigada que encara o esvaziamento do meio rural como o corolário associado ao próprio conceito de desenvolvimento, mais de um quarto da população economicamente ativa nos países desenvolvidos residem em áreas rurais. E desde meados dos anos 80. A população rural é a que mais cresce em diversos países do Hemisfério Norte, a começar pelos EUA. No caso brasileiro, a década de 90, registra um fenômeno inédito na história do país: o ritmo do êxodo rural desacelera-se de maneira nítida e, ao final dos anos 90, já se registraram tanto a migração de retorno em direção a pequenos municípios, como o crescimento da população rural em diversas regiões do país.

A figura do pai, prevalece sobre os interesses individuais, ou seja, a unidade familiar está assentada no grupo masculino-adulto. A hierarquia patriarcal domina o espaço e fragiliza o sentimento de pertença das mulheres e jovens. Um dos grandes empecilhos da Sucessão na Agricultura Familiar e permanência dos jovens no meio rural é a situação relacional entre pais e filhos, a confiança do pai em ter um sucessor, sendo o verdadeiro patriarca delegando funções não abrindo possibilidade para os filhos e que o caráter rigidamente hierárquico da organização familiar tradicional centrado no poder quase absoluto do pai, chamado por ABRAMOVAY, 1998, p. 70 de **padre padrone**, ainda prevalece de uma maneira velada, isso também se caracteriza pela cultura da nossa região, advindo de imigrantes poloneses, ucranianos, alemães e italianos. Neste sentido os jovens assumem o papel de mais um integrante da mão de obra familiar e não como um componente que agrega às decisões e diálogos na unidade de produção familiar. Nesse viés, ainda a juventude rural permanece invisível, embora a passos lentos estão recebendo a atenção das políticas públicas e de agentes de desenvolvimento territorial que esforçam energias para a viabilização de projetos que fortaleçam o rural como um espaço de oportunidades e que os jovens façam a opção de permanecerem e de lutarem pela superação das lacunas existentes.

A fragilidade das políticas públicas voltadas para a juventude em sua execução,

de uma reinvenção e reestruturação da educação do campo e de espaços de participação política, criaram um ambiente desfavorável a permanência do jovem no meio rural. A invisibilidade e a evasão dos jovens para as cidades colocam em risco a sustentabilidade do ambiente rural, principalmente se considerarmos que a sustentabilidade deste ambiente é a soma de “diversas sustentabilidades”: cultural, política, econômica, ambiental, social e também geracional – que é a garantia de que outras gerações também permaneçam no meio rural.

1.2 A juventude rural e a territorialidade

O Território Centro-Sul do Paraná mantém ao longo dos últimos tempos sua principal característica que é a predominância da agricultura familiar, entretanto, assumiu a sua co-responsabilidade no desenvolvimento local ao promover ações integradas orientadas pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, coordenado pelo Conselho Gestor do Território.

Os territórios quando foram constituídos foi algo não construído coletivamente com ideologias de compreensão de territorialidade e os elementos complexos, porém essenciais que constituem a questão relacional existente nos territórios como suas redes, tramas e seus entrelaces subjetivos – movimento inacabado de superação da atomização social. Segundo SAQUET, 2015, p. 66 “Essa organização histórica e relacional do território assenta-se na construção de malhas, nós e redes, formando campos de poder historicamente constituídos”.

Para Raffestin, o Território é um espaço modificado pelo trabalho e revela relações de poder, há signos e símbolos específicos, preocupa-se com suas representações. Segundo Saquet, 2015, p. 37:

Assim, conforme Raffestin e Bresso (1979) a territorialidade é fruto do trabalho, ou seja, significa troca de energia e informação entre os homens e, ao mesmo tempo, posse de uma porção do espaço. A territorialidade varia no tempo, de acordo com cada estágio de desenvolvimento: orgânico, mecânico e cibernético, sempre vinculada ao controle de objetos e pessoas e, desse modo, gera diferentes paisagens. Estas últimas são compreendidas como projeção social no espaço, como sistema integrado de relações entre homens, espaços e tempos (p.37).

De forma arbitrária, verticalizada que os Territórios foram constituídos, (FÁVARO, 2017) tornou-se arbitrária também a forma como se dão as relações políticas, sociais, organizacionais que interagem nesse processo para o desenvolvimento rural, que muitas vezes pela organização estrutural através do Conselho Gestor torna-se uma via fácil de se conseguir recursos aos municípios, porém não se apropriam da importância social, democrática e participativa que o Território em sua essência deve possuir. Segundo SAQUET, 2015, p. 40 a “Sociedade-espaço-tempo-natureza-território são indissociáveis. O que não significa dizer que são sinônimos, mas, sim, que estão em unidade constante, tanto ontológica como epistemologicamente”.

A territorialidade é a condição social para o aprimoramento da racionalidade, memória, cultura, reflexão, opinião, bom senso, autonomia, ou seja, propiciar em sua

organização estrutural e política condições para que a sociedade exercite a coletividade e sua humanidade – conflitualidade entre atores sociais em seus diferentes interesses, algo que se estabelece em sua trajetória (ações, atitudes) para que se possa enfrentar a vivência. Ter a capacidade de discernir, avaliar e realmente objetivar o que é relevante para a vida enquanto projeto teleológico. Para Saquet, 2015, p. 107/108:

Entendemos a territorialidade em quatro níveis correlatos: a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades e, por fim, d) como práticas espaço-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio dos mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo.

Para uma melhor compreensão sobre territorialidade e que nos permitirá observar com um “olhar” mais atento e crítico à essa construção social é a presença de uma pluralidade de dimensões que estão presentes na conjuntura como um todo (econômica, social, política, cultural, etc), fortalecendo as tramas dessas redes, reelaborando-se com os dramas, atrelado ao contexto, sendo de fundamental importância observar atentamente o contexto macro e micro em que os atores sociais estão inseridos.

Embora, os indivíduos que fazem parte desse espaço não estejam no mesmo ambiente, seja em sua propriedade, comunidade, município, região, etc, o contexto macro torna os atores sociais, mesmo que indiretamente, estreitamente vinculados, a complexidade de se compreender a territorialidade, neste sentido não se pode restringir ao aspecto micro de sociedade e de suas interrelações, deve-se partir para uma visão sistêmica, objetiva e complexa. SAQUET, 2015, p. 108, define territorialidade:

Uso que envolve, necessariamente, conflitualidades, ritmos, apropriações, domínios, identidades, diferenças, redes, necessidades além da práxis cotidiana de cada relação espaço-tempo-território. Assim, a territorialidade, para nós, assume também o caráter de mobilização, organização e luta política em favor de um desenvolvimento mais equitativo, numa “espécie de quinto” nível de efetivação no real e mediação-condicionante da cooperação para o desenvolvimento, conforme já demos a conhecer.

A juventude para permanecer no campo e fortalecer o desenvolvimento precisa de condições favoráveis. Estas condições passam pela autonomia nos espaços de tomada de decisão e de planejamento estratégico, e por atividades que alterem o *status quo* de meros coadjuvantes dos acontecimentos para atores sociais imersos nos questionamentos mediante sua realidade e inspirados em transformações que sua realidade necessita – instituindo assim um valioso capital social. É de suma importância para o jovem do campo o reconhecimento da família e de sua comunidade sobre suas capacidades e, sobretudo de suas habilidades, competências e talentos. Para tal intento o jovem precisa adquirir novos conhecimentos, criar ambientes e espaços próprios de diálogo de questões pertinentes aos seus interesses (o Conselho

Gestor do Território Centro-Sul do Paraná deveria priorizar tal intento) e preparar-se para defendê-las e também participar da dinâmica territorial e ampliar sua visão de mundo – para difundir a democracia exercida pela Territorialidade.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa tem um recorte temporal no período de 2010 a 2017 fundamentada sobre o viés da pesquisa qualitativa, pois a vivência da pesquisadora é o “viver” das relações constituídas durante esses anos, não somente como profissional que atua com jovens e famílias de agricultores familiares na região, (MINAYO, 1994), mas como todo universo de atuação enquanto ator social imerso nesse contexto, tal vivência oportuniza uma análise de conjuntura mais complexa, sistêmica, crítica e subjetiva dos processos de relações constituídos entre os atores sociais, indo além dos dados quantitativos coletados, operacionalizando as variáveis, sendo o resultado deste trabalho.

O primeiro passo encaminhado nessa pesquisa após a delimitação do tema e análise de conjuntura foi a revisão bibliográfica sobre juventude rural, desenvolvimento, agricultura familiar e território. A pesquisa bibliográfica é um dos elementos imprescindíveis para o fortalecimento das ideias embasadas cientificamente, utilizando como fonte de referência, livros específicos sobre o tema em foco, pois GIL, 2003, p. 48 afirma que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, uma vez também que a pesquisa bibliográfica se caracteriza segundo PÁDUA, 1997, p. 50 “fundamentada nos conhecimentos da biblioteconomia, documentação e bibliografia, sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa”.

O segundo passo foi elaborar um roteiro de entrevista (Anexo 01) tanto para os jovens que passaram pela formação do Cedejor – Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural, assim como lideranças que são e que foram conselheiros do Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná. Para os jovens utilizamos como abordagem a pesquisa quantitativa, pois as respostas foram assinaladas e se quisessem poderiam justificar na última questão, conforme questionário em anexo. Já para as lideranças do Território Centro-Sul do Paraná foi aplicada uma entrevista semiestruturada sendo designada como qualitativa.

O objetivo de fazer uso da metodologia qualitativa é retratar a realidade de forma completa, concreta e profunda, evidenciando a inter-relação entre o grupo pesquisado, fortemente arraigada na variedade de dados, coletados em diferentes momentos não só com a aplicação da entrevista, porém com o convívio com o grupo de jovens, suas famílias e com as lideranças do Território Centro-Sul do Paraná. Segundo Gerhardt, 2009, p. 31:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, assim,

com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. A pesquisa quali-quantitativa no que consiste à pesquisa social viabiliza contextualizar a realidade de maneira complexa, flexível e democrática, dinamizar os resultados e qualificar seus argumentos e justificativas.

Os dados utilizados, no presente estudo, são provenientes de entrevistas com os atores envolvidos na história e trajetória do Cedejor Centro-Sul do Paraná e Conselho Gestor do Território Centro-Sul. As entrevistas foram realizadas no mês de Janeiro de 2017, sendo 04 (quatro) representantes do Conselho Gestor e 07 (sete) jovens representando o Cedejor.

3 | RESULTADOS

3.1 Organizações, tramas e os dramas da juventude rural: as marcas do enfraquecimento das ações do Cedejor nas tramas organizacionais da juventude rural do Território Centro-Sul do Paraná

O Território Centro-Sul do Paraná abriga o Cedejor – Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural que nos últimos anos teve como foco principal o trabalho com juventude do campo, porém devido à fragilidade do 3º setor, hoje não tem recursos financeiros para implementar suas atividades, embora tenha em seu currículo um valioso capital social.

O Cedejor é uma Agência de Desenvolvimento Rural, que acredita e investe no potencial do jovem como empreendedor e liderança e na força de cooperação desses jovens para o fortalecimento e a sustentabilidade da economia e da governança local. O Cedejor é uma organização social, sem fins lucrativos, produtora de conhecimentos e tecnologias sociais para formação e apoio integral aos jovens rurais, para que tenham acesso às oportunidades para desenvolver seus talentos e para que possam ser agentes de transformação em suas comunidades. A formação oferecida pelo Cedejor no Território Centro-Sul do Paraná tiveram como resultado a formação de Agentes de Desenvolvimento Rural – ADRs, jovens estes que protagonizaram nosso Território quando se tinha o amparo da Instituição, protagonismo este não percebido nas instâncias de decisões territoriais, autonomia esta que foi fragilizada por vários elementos.

Uma das lutas consideradas de suma importância é o fortalecimento do tecido sócio organizativo da juventude rural e há carência de participação dos mesmos nos espaços de representatividade e nas instâncias de tomada de decisões. O Tecido Sócio Organizativo e/ou tecido social ou capital social - é considerado o principal

elemento de agregação de todos os esforços para a promoção do desenvolvimento rural. Os capitais financeiro, ambiental, físico e humano têm sido maximizado por ele. A participação dos jovens e de agricultores nos rumos do desenvolvimento do Território Centro-Sul do Paraná é limitada e, salvo experiências pontuais, vem afetando o funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CMDRS) e o Conselho Gestor do Território, incluindo suas câmaras técnicas, sendo que nos últimos tempos não há reuniões dessas câmaras.

Em todos os municípios há formação de Conselhos Municipais que contribuem de uma maneira ou de outra na aplicação de recursos federais, como patrulhas agrícolas mecanizadas, projetos coletivos através de recursos via Proinf – Programas de infraestrutura apoiado pelo extinto MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, hoje Secretaria Especial de Agricultura Familiar ou até mesmo o Pró Rural – Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial mantido pelo governo do Estado do Paraná. Entretanto estes conselhos municipais estão atrelados às prefeituras e desenvolvem ações de acordo com a administração, ora de um partido, ora de outro e assim os empreendimentos sofrem pela descontinuidade político partidária, por conta também de uma organização ainda frágil da sociedade apesar da existência dos próprios conselhos locais.

Segundo acervo digital, referente aos relatórios internos de atividades realizadas com juventude no território em parceria com atores importantes inspirados em realizar trabalhos com juventude, se faz uma análise de que, a juventude rural do Território Centro-Sul do Paraná, manifestou seus anseios em diversos momentos em que lhes foi dada a oportunidade. As primeiras demandas da juventude do território vieram ainda durante o Seminário de elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, em agosto de 2007, quando uma das ações do documento foi a promoção de um encontro territorial de juventude e a organização de ações exclusivas para a juventude. Em outubro do mesmo ano no Centro de Formação de Agentes para o Desenvolvimento e a Construção da Cidadania, situado em Guamiranga, foi realizado o 1º Seminário de Juventude e Desenvolvimento Territorial. Neste evento, promovido pelo Conselho Gestor do Território, demandas mais específicas foram apontadas pela juventude da região, perpassando da autonomia junto à própria família, autonomia na comunidade, lazer, tecnologia e um dos gargalos principais, que segundo os jovens os fazem repensar a permanência no meio rural – a geração de renda. A forma indicada pelos jovens participantes foi a do diálogo das questões juvenis pelos próprios jovens, iniciando no âmbito da comunidade, do município evoluindo para o territorial. Portanto, com intermédio e articulação do Cedejor, foram realizados Seminários Territoriais de Juventude devidamente articuladas em redes juntamente à entidades do Território Centro-Sul do Paraná até o ano de 2012, depois que a instituição fragilizou-se, essa rede articuladora também fragilizou-se, não havendo espaços para a juventude dialogar de forma incisiva, participativa, democrática e expansiva no Território Centro-Sul do Paraná.

A pesquisa foi aplicada aos 7 (sete) jovens que tem uma relação com o Cedejor, teve como resultados: 100% dos entrevistados afirmaram que participaram das atividades do Cedejor. 100 % afirmaram que participar das atividades da instituição fortaleceram sua identidade como jovens rurais. Do grupo entrevistado, 98 % afirmaram que participar das ações do Cedejor fortaleceu sua autonomia e participação cidadã nas organizações sociais do campo, porém 2% afirmaram que não. Na quarta questão, onde questiona-se se, a participação nas ações do Cedejor fortaleceu sua compreensão de sua importância como jovem no Território Centro-Sul do Paraná, 100% dos jovens afirmaram que sim. 100% dos jovens também afirmaram que, o término das ações do Cedejor está enfraquecendo as tramas das redes relacionais das organizações dos jovens rurais no Território Centro-Sul do Paraná. Uma das jovens justificou sua resposta:

“Está enfraquecendo sim, pois era a única instituição com trabalho exclusivo com juventude, todos os jovens que passaram pela formação do Cedejor (por mais que não conseguissem continuar no meio rural) desenvolveram atitudes de liderança e protagonismo para enfrentar os desafios da vida. A não continuidade dos trabalhos do Cedejor é uma perda enorme, pois é nessa fase da vida que decidimos a nossa vida. O Cedejor proporcionava a valorização do jovem rural, acredito que ele era capaz de transformar não só a sua vida (projeto de renda), mas também a comunidade em busca de melhorias para o bem comum”. **(CRS)**

Ainda em relação ao encerramento das ações desenvolvidas pela ONG:

“Quanto ao término das ações do Cedejor é algo que precisa ser revisto pelas pessoas que possuem poder de fazer alguma coisa para que os nossos jovens continuem não só no campo como produtores rurais, mas como pessoas preparadas para transformar a vida ao seu redor, pois se existe alguma esperança de futuro não há dúvida de que ele está na mão daqueles que semeiam e colhem, amam e preservam suas conquistas em qualquer tempo de vida, assim como eu que participei do Cedejor, gostaria que outros jovens pudessem também enriquecer seus conhecimentos através dessa entidade”. **(EZ)**

Em relação à quarta pergunta: se a participação nas ações do Cedejor fortaleceu sua compreensão e sua importância como jovem no Território Centro-sul do Paraná, 100% afirmaram que sim. Uma jovem relatou que:

“Sim, pois o apoio do Cedejor ao jovem rural incentivava os mesmos a participarem de atividades diferentes, e trocaram ideias com outros jovens, o que se faz muito importante, já que uns conheciam a realidade dos outros. Além de auxiliar apresentando uma visão para os jovens indecisos de que existem muitas atividades e que ele pode se encaixar no campo.” **(PKCC)**

Um dos jovens entrevistados justificou sua resposta, dizendo:

“A presença de um centro de formação e apoio ao jovem rural na região é sem dúvidas fundamental para uma melhor estruturação do jovem no meio rural. Já que os mesmos optam muito migrar para a cidade, pois é raro o apoio do governo e outras entidades para que isso aconteça ao contrário”. **(ARM)**

Em relação à percepção de lideranças que fizeram e que fazem parte da rede de atores sociais vinculados ao Território direta ou indiretamente, foram questionados sob seus olhares em relação ao jovem rural e suas participações nas ações do Conselho

Gestor e sua importância para a agricultura familiar.

Na primeira questão colocada às lideranças sobre qual a percepção da participação juvenil dentro do Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná e também como os conselheiros “percebem” a juventude dentro dessas instâncias de participação social, uma das entrevistadas que atuou no Cedejor de 2009 a 2011, conseqüentemente, imersa nos diálogos territoriais, afirmou que:

“Comecei a acompanhar o Território Centro-Sul do Paraná em 2008, com minha contratação pelo Cedejor para a aplicação do Projeto Jovens Rurais em Movimento - PJRM, projeto aprovado pelo Território Centro-Sul do Paraná junto ao MDA. Ou seja, a preocupação com a participação juvenil era anterior a esta data, pois o PJRM já estava aprovado. No entanto, até o início do projeto (acho que a liberação dos recursos só ocorreu em 2009, não foi?) a participação juvenil era mínima, mas havia uma grande expectativa dos conselheiros quanto ao início do projeto para o estímulo da participação juvenil. A partir do início do Projeto Jovens Rurais em Movimento, a participação tornou-se significativa, pois o projeto exigia isso dos bolsistas e garantia recursos para deslocamento e alimentação. Não tenho como dizer se a participação se manteve após o término do projeto, pois não estava mais na região. A juventude ainda era percebida como uma perspectiva de futuro. Futuro da agricultura familiar e futuro da participação dentro das instâncias do Território Centro-Sul do Paraná. Logo, sempre cabe à juventude a continuidade de algo, ainda que esta continuidade seja percebida também como a possibilidade de agregação de novos elementos e habilidades, como maior capacitação técnica e acesso a tecnologias, sejam produtivas ou não”. **(HM)**

Outro entrevistado relatou o seguinte:

“Na posição de articulador e assessor do território centro-sul no período de 2008 até 2013 eu tenho pra dizer que a participação da juventude foi sempre tímida, dificilmente uma instituição que compunha o conselho nomeava conselheiros jovens. Não me recordo agora em números, mas raras exceções tinham jovens conselheiros. O que houve com o passar do tempo foi a criação da câmara territorial de juventude que acredito eu que teve uma atuação mais forte de 01 a 02 anos no máximo e que tentou movimentar a juventude de algumas instituições e unir alguns trabalhos conjuntos. A gente tinha instituições dentro do conselho que atuavam com juventude a exemplo do Cedejor, do Ing, instituto equipe, O IFPR – Instituto Federal do Paraná, Universidade, mas boa parte dessas instituições não nomeavam jovens como conselheiros”. **(MRG)**

Segundo relato de um dos atores que estão hoje diretamente ligado á questões burocráticas do referido território:

“Atualmente não há presença da juventude dentro do conselho gestor, há alguns anos funcionou a câmara técnica da juventude, alguns dos participantes do conselho que eram jovens se organizaram e promoveram algumas atividades, principalmente recreativas que atraíam os jovens, e que incitavam os mesmos a participarem das reuniões e o debate de assuntos referentes ao desenvolvimento rural do nosso território, infelizmente devido a alguns problemas de organização, as atividades acabaram sendo encerradas e assim também os jovens se distanciaram do conselho. Outro ponto que influenciou esse afastamento, é o fato de que a maioria dos jovens representava alguma organização ou entidade civil, as quais estão distantes do Conselho, pois há pouco incentivo para locomoção ou alimentação e quando há, são de programas que fomentam apenas algumas das atividades”. **(RG)**

Em relação ao questionamento sobre o papel do jovem na agricultura familiar e

como isso pode estar relacionado à sua participação em instâncias de planejamento e tomada de decisões como é o Conselho Gestor. Um dos entrevistados afirmou:

“O papel do jovem na agricultura familiar ainda é muito restrito ao fornecimento de força de trabalho. Além disso, mais uma vez, ele é o futuro, a possibilidade ou não de sucessão. Mas a sucessão só ocorre com o casamento, com a aposentadoria ou morte do chefe da propriedade (via de regra o pai), ou seja, com o acesso à própria terra. Assim, a participação dos jovens nas decisões familiares é rara, e mais rara ainda fora da propriedade familiar. Esta falta de participação nos processos decisórios e do acesso à renda oriunda do trabalho familiar é identificada como uma das maiores causas do êxodo rural juvenil. Todo o trabalho do Programa Empreendedorismo do Jovem Rural – PEJR e Projeto Jovens Rurais em Movimento - PJRM tinha como foco a mudança desta lógica. E em grande medida também o Projeto Gestão, Trabalho e Renda para Jovens Rurais do Centro-Sul do Paraná (desenvolvido junto à Unicentro), foram iniciativas que lutaram contra esta lógica maior da agricultura familiar, mas com grandes dificuldades. Os jovens que conseguiram, dentro da propriedade familiar, alterar esta dinâmica, também sentiram a necessidade de participação em outras instâncias. Em casos raros, jovens que sentiam a necessidade de maior participação (dentro e fora da propriedade), mas que não conseguiram esta participação dentro da propriedade, se envolveram em questões do Território, mas acabaram deixando a propriedade familiar em busca de autonomia financeira”. **(HM)**

Ainda sobre o papel da juventude para a agricultura familiar, relatou-se que:

“A respeito do papel da juventude na agricultura familiar, tenho pra mim esse segmento é de suma importância pra perpetuação da Agricultura familiar. A gente percebe números assustadores do êxodo rural, as comunidades do interior cada vez menores, as propriedades estão sem estimativa de sucessão, então a gente pode perceber um cenário pra daqui 30 a 50 anos onde a agricultura familiar vai diminuir consideravelmente principalmente pela falta de ações estruturantes de sucessão familiar e de motivos e ferramentas pra manter o jovem agricultor familiar no campo. De fato, a concorrência é muito grande, haja vista que o interior ainda sofre graves penalizações de acesso à tecnologia, à bens básicos como saúde, estrada, educação, então o jovem por vezes, diversão também, então o jovem por vezes busca sair do interior e ir pra cidade pra ter acesso a esses bens básicos, então eu vejo que o papel da juventude é muito importante e se os números continuarem se desenrolando como vem se desenrolado o cenário futuro não é muito favorável para a agricultura familiar sem a presença da juventude no campo”. **(MRG)**

Num enfoque mais ideológico sobre a agricultura familiar em nossa região, um dos membros da Diretoria do Conselho Gestor relata:

“A percepção que eu tenho que os jovens tem participado pouco, nos espaços. Me parece que, esses jovens estão despreparados politicamente e não tem uma visão, uma capacitação, uma visão do território, a importância deles. Outra coisa que eu vi que é a dificuldade muito grande dos jovens dentro da agricultura familiar que é discutido bastante nas reuniões do território de trazer o “agronegócio” pra dentro das pequenas propriedades, como financiamento de tratores, sementes transgênicas, maquinários e maquinários e venenos e venenos. Vejo que o jovem, principalmente o “piá”, fica contaminado com aqueles tratores e tecnologias, é bom é interessante, mas poxa vida tão difícil de entrar na cabeça dos conselheiros entenderem que não é só pronaf, pro rural entre outros, trazendo grandes elefantes brancos ou máquinas...tudo pensando no agronegócio” **(ALS)**

4 | CONCLUSÕES

A configuração territorial prevê a atuação de todos os atores sociais em torno da discussão e do enfrentamento dos seus problemas comuns. Neste contexto, ações diretas voltadas à juventude rural em nosso território procede estagnada, sem avanços significativos, há ações isoladas, mas é necessário ações efetivas que torne nossa juventude visível e representada por nossa sociedade – que essas *juventudes* sejam respeitadas por suas especificidades e particularidades, que essas *juventudes* protagonizem experiências e atitudes junto à outros atores sociais, no que concerne à projeto de vida, vocação, participação social, política, geração de renda e sem dúvida, a felicidade.

Para o desenvolvimento do Território há um fator imprescindível que precisa ser retomado para a própria validação do que é de fato desenvolvimento territorial e dar luz e vida às ações e estratégias para esse desenvolvimento – o de fortalecimento do tecido sócio organizativo atrelado à juventude. A participação efetiva da juventude nas diversas instâncias de diálogo e tomada de decisões incrementará e inovará as ações territoriais, além de fortalecer e dignificar as demandas desse público.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo (org.). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD, 2001.

BRASIL. IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: MDA; MPOG, 2006. 267p.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2005.

DESER. **A cadeia produtiva do fumo**. *Revista Contexto Rural*, n. 5. Curitiba, 2005.

FÁVARO, Jorge Luiz. **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural**: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia. Curitiba, 2014.

GERHARDT, E. Tatiana. SILVEIRA, T. Denise (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – planejamento e gestão para o desenvolvimento rural da SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em <http://ipardes.gov.br>. Acesso em 16.10.2015.

MYNAYO, M. C. de S.; (org) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Vozes, 1994.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática.** Campinas: Papirus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho pedagógico).

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** 2. ed – Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

VITORINO, Cassemiro. **Celibato no campo.** Documentário. S/D. 52 minutos.

ANEXOS

Pesquisa qualitativa – entrevista aplicada aos representantes do Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná.

1 – Qual a percepção da participação juvenil dentro do Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná? Como os conselheiros “percebem” a juventude dentro dessas instâncias de participação social?

2 – Na sua visão, qual o papel do jovem na agricultura familiar e como isso pode estar relacionado à sua participação em instâncias de planejamento e tomadas de decisões como é o Conselho Gestor?

Pesquisa quantitativa – entrevista aplicada aos jovens que passaram pela formação do Cedejor.

1 – Você participou das atividades do Cedejor?

2- Participar do Cedejor fortaleceu sua identidade como jovem rural?

3- Participar das ações do Cedejor fortaleceu sua autonomia e participação cidadã nas organizações sociais do campo?

4- Sua participação nas ações do Cedejor fortaleceu sua compreensão de sua importância como jovem no território centro-sul do Paraná?

5-Na sua opinião, o término das ações do Cedejor está enfraquecendo as tramas e relações das organizações dos jovens rurais no Território Centro-sul do Paraná? Justifique, se quiser.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-019-3

